

1. Considerações Iniciais

Este estudo é decorrente de alguns anos de pesquisa sobre as Organizações Não-Governamentais (ONGs), seu surgimento, atuação e mais recentemente acerca dos resultados obtidos através de suas ações. Ao falar de um “desenvolvimento tipo exportação” procuramos enfatizar que os projetos de desenvolvimento na modernidade, são na maior parte das vezes produzidos em escalas muito distantes de onde são realizados. Desta forma, são como produtos “tipo exportação”, produzidos em massa e levados a todos os locais de interesse, que possuam características de ‘mercado consumidor potencial’ para seu produto. Este é o eixo central por onde se desenrola nosso pensamento neste estudo.

O tema das ONGs nos chamou atenção devido a inúmeros fatores que fizeram dele o objeto desses anos de observação e análise. Num primeiro momento procuramos entender a forma como essas organizações atuavam espacialmente e analisamos os territórios que são criados através de sua atuação. Mas foi olhando para os dias de hoje que pudemos perceber que há uma grande demanda de ONGs que se propõem a atuar junto à população, levando consigo projetos de desenvolvimento e a partir daí criam laços de parceria com as coletividades envolvidas, bem como novos territórios de atuação, agora definidos a partir de questões ligadas em grande parte à oferta de recursos para seus projetos.

A maioria das fontes financiadoras, como no caso de empresas privadas, fundações internacionais e nacionais entre outras, atualmente tem se apropriado do discurso do desenvolvimento e da sustentabilidade, discursos que estão na moda hoje, mas que precisam ter seu conteúdo analisado com mais profundidade e é isso que nos propomos fazer neste presente estudo.

Partiremos então em busca da compreensão de como diferentes noções de desenvolvimento podem interferir nas relações de uma coletividade. Alguns questionamentos nos servirão como eixo norteador para esse estudo buscando entender se: podemos dizer que esses projetos de desenvolvimento, da maneira como costumam ser implementados, são capazes de atender as reais necessidades dessas coletividades? A participação da população no processo de aplicação dos

projetos é capaz de dissolver as diferenças de concepções de desenvolvimento entre as ONGs e as coletividades¹ atendidas? Como fazer para que essas coletividades consigam ter mais autonomia neste processo?

Retomando nossos estudos anteriores, os quais nos permitiram uma maior proximidade com o objeto, percebemos que atualmente há uma grande quantidade de ONGs que se territorializam a partir de uma atuação centrada no desenvolvimento de algumas coletividades. Pudemos perceber que as ONGs atuam de maneira a não limitar seu campo de atuação considerando uma divisão político-administrativa do território, mas sim estabelecendo uma nova área de atuação com base em políticas e projetos por elas desenvolvidos junto à comunidade. Elas se territorializam através de suas ações e práticas, e das relações que estabelecem, com isso, essas organizações dão origem a territórios materiais e imateriais por elas controlados e modificados. Esses territórios possuem uma existência bastante fluida e dinâmica, rapidamente se desfazem e se reconstróem de acordo com o movimento das ONGs no espaço. E é analisando esse movimento que podemos dizer que as ONGs apresentam uma enorme mobilidade, que faz com que modifiquem rapidamente suas práticas, políticas e projetos, bem como suas áreas de atuação e grupos atendidos (ACIOLI, 2007). Dessa primeira observação sobre a relação entre sua atuação e os territórios criados surgiram outras questões como a das concepções de desenvolvimento que carregam de intencionalidade a construção desses territórios.

Alguns exemplos podem nos ser úteis neste estudo e, portanto, buscaremos na atuação de ONGs como o *Instituto Sete Capitães* e a *ONG Grupo de desenvolvimento tecnológico harmonia, homem, habitas* – ONG 3Hs, indícios que nos permitam melhor observar os conflitos existentes na relação ONG-coletividade atendida.

Varias são as razões que levam um pesquisador a realizar uma seleção em um objeto e fazer dele seu foco de análise, pois o real que o cerca traz

¹ Sabemos dos riscos que corremos ao utilizar o termo “coletividade” para se referir a um conjunto de indivíduos que fazem parte da mesma sociedade. Contudo incorporamos as críticas efetuadas por autores como Vainer (2002) e Brandão (2003) que apontam para o reducionismo que pode estar contido no termo se esta coletividade for tomada como algo homogêneo, livre de contradições e conflitos de classe. Diante disso, nos preocupamos em esclarecer desde já que ao utilizarmos, ao longo deste estudo, o termo “coletividade” o fazemos tendo sempre como premissa as diferenciações de classes e as assimetrias de poder existentes nesse universo.

inquietações, angústias, dúvidas e questionamentos, o real o desafia. Mas talvez o fator mais importante nesta seleção sejam as experiências de vida do pesquisador, seu modo de ver o mundo e apreendê-lo, pois desta construção particular ele jamais poderá se distanciar.

Uma das razões do nosso mergulho no mundo das ONGs se deve ao destaque cada vez maior de tais organizações no cenário mundial nas últimas décadas. Boa parte das ações que antes eram empreendidas por governos do mundo todo, hoje é tomada pelas rédeas das Organizações Não-Governamentais. Essa mudança tem tido notável repercussão mundialmente, fazendo com que cada dia mais as ONGs conquistem espaço na mídia, poder junto à sociedade e a esperança de melhoria da qualidade de vida nelas depositadas por milhões de indivíduos pelo mundo afora.

Contudo, como dito anteriormente, a construção do pesquisador enquanto indivíduo influencia sobremaneira o recorte temático e neste caso não poderia ser diferente. Alguns anos de militância na esquerda brasileira trouxeram consigo uma pesada carga crítica ao conteúdo e à atuação das ONGs no mundo todo. Parte disso se deve à mudança na atuação dessas organizações a partir do surgimento do ideário neoliberal, pois embora tenhamos claro que o surgimento das ONGs se trate de um fenômeno anterior ao neoliberalismo é a partir dele que identificamos um momento chave de mudança nas políticas e ações por elas empreendidas.

Não podemos também deixar de atentar para alguns vícios teóricos da esquerda marxista até hoje e que tentaremos não reproduzir aqui neste estudo. É fato conhecido a diversidade de compreensões que a obra de Marx tem tido pelo mundo todo e pelas mais variadas correntes do pensamento de esquerda. Encontramos inclusive leitores assíduos que muitas vezes se mostram presos a uma leitura quase bíblica e, portanto bastante reducionista da obra de Karl Marx.

Sabemos das dificuldades que enfrentaremos, pois se trata de um rompimento inicial com anos e anos de verdades absolutas e até bem pouco tempo indissolúveis. Contudo aos poucos caminhamos no sentido de um diálogo maior com diversos autores, que poderão nos oferecer um horizonte mais amplo de possibilidades para nosso estudo.

Buscamos, portanto trazer as ideias do velho Marx para os dias de hoje, dialogando com a realidade atual, da qual este autor em sua época não poderia jamais antever, embora muito do que tenha dito possa ser facilmente aplicável aos dias de hoje. Nosso desejo é que através do diálogo com autores contemporâneos, que buscam uma releitura, uma atualização ou até mesmo continuação dos escritos de Marx, possamos enriquecer o debate acerca da sociedade atual e aprofundar o estudo sobre a atuação das Organizações Não-Governamentais, sem abrir mão das visões revolucionárias marxianas. Tentaremos, portanto, não reproduzir uma leitura fechada de Marx, mas tê-lo como base durante todo o processo sem, contudo, reificá-lo, abrindo possibilidades de diálogos com outras correntes, com outros pensamentos.

Diante deste cenário a questão do método utilizado se coloca como algo bastante relevante. Tendo definido a teoria marxista como nossa base, o método dialético se apresenta como a melhor forma de análise, pois entendemos que através dele sejam melhor apreendidas as contradições existentes no espaço geográfico. Essa opção metodológica nos permite analisar uma realidade concreta buscando apreender suas contradições, bem como suas ligações, buscando sempre a unidade e o movimento.

É com Henri Lefebvre que encontramos uma enriquecedora interpretação do método na perspectiva da dialética materialista quando o autor aponta uma dupla complexidade da realidade social, sendo esta horizontal e vertical. Lefebvre com seu método regressivo-progressivo procura mostrar que através destes dois momentos é possível apreender de forma mais abrangente e mais aprofundada a realidade social. A complexidade horizontal requisita do pesquisador uma descrição das relações sociais, do visível, enquanto a complexidade vertical aprofunda esse olhar, buscando analisar a realidade e não mais a apenas descrevê-la. Aqui o pesquisador consegue observar que a realidade social não pode ser apreendida apenas na sua aparência, pois se torna clara a existência de relações sociais diferentemente datadas coexistindo num mesmo momento, mas nem por isso contemporâneas. Sendo assim Lefebvre também nos desperta a necessidade do reencontro com o presente, mas agora um presente compreendido, no qual as contradições são fruto de desencontro de tempos, são produzidas historicamente e encontram na sua gênese possibilidades não realizadas, virtualidades não

concretizadas. Esse movimento de ir e vir, regressando ao passado, mas sempre referenciando o presente é o que nos permite compreender melhor o espaço e, no caso do nosso objeto, entender as relações que as ONGs estabelecem com as coletividades envolvidas.

As ONGs, ao longo dos seus anos de existência, têm passado por inúmeras transformações, no modo de atuação, no tipo de projeto, nas políticas, nas parcerias e até mesmo na sua filosofia. Mas também não podemos negligenciar que sob a bandeira do termo Organização Não-Governamental se abriga uma diversidade incomum de organizações, com as mais variadas práticas, objetivos e áreas de atuação. Ainda que existam características comuns a quase todas elas, sua diversidade dificulta a construção de uma delimitação do termo.

Mesmo sendo um terreno de difícil acesso, alguns autores já se aventuraram na construção dessas classificações utilizando-se dos mais variados critérios para tal. Sandra Zarpelon (2003) aponta alguns exemplos como no caso dos estudos pautados em classificações com base na origem das organizações, sobre os quais foram delimitados quatro grupos distintos de ONGs. Em um primeiro grupo encontram-se as ONGs derivadas dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, caracterizadas principalmente por prestarem assessoria e suporte político aos movimentos que mantinham parceria. Um segundo grupo com caráter filantrópico, composto de organizações mais recentes e ligadas a entidades filantrópicas e grupos religiosos. O terceiro grupo, seguindo essa visão, abriga as organizações que se fundem com o movimento com o qual integram, como as ONGs ambientalistas. E por fim, um quarto grupo composto pelas organizações fundadas por empresas, o que se convencionou chamar de terceiro setor.

Existem ainda outras abordagens para a construção de classificações, como a que se pauta na definição de objetivos e métodos próprios, na definição de áreas geográficas e setores da população que serão alcançados através de sua intervenção e a definição do tipo de serviço que pretende prestar à população. E há também aqueles autores que preferem utilizar como parâmetro o critério de atuação dessas ONGs, sendo que a maioria delas se encaixa no campo da filantropia ou assistência social.

Utilizamos-nos desta longa exemplificação, pois entendemos necessário destacar a complexidade deste tipo de exercício classificatório das ONGs visto a

diversidade encontrada de organizações com distintas origens e os mais diversos propósitos. No nosso entendimento, ainda que se faça um esforço no sentido de criar uma classificação dessas organizações, não há como o fazer de forma categórica uma vez que seus resultados políticos e práticos são os mesmos, ainda que suas intenções não o sejam.

Através do mergulho que vimos fazendo no mundo dessas organizações nos últimos anos, observamos algumas tentativas no sentido de estabelecer certa homogeneidade em torno do termo ONG. Uma delas foi empreendida através da criação, em 1991, da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG. Com o objetivo de dar uma delimitação ao termo ONG, a ABONG traçou diretrizes que as organizações deveriam seguir para serem reconhecidas como tal. Alguns desses requisitos dizem respeito a seu posicionamento político e social, como no caso da exigência de que

sejam autônomas frente ao Estado, às igrejas, aos partidos políticos e aos movimentos sociais; mantenham compromisso com: a constituição de uma sociedade democrática e participativa, incluindo o respeito à diversidade e ao pluralismo; busquem o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático; busquem a ampliação do campo da cidadania, a constituição e expansão dos direitos fundamentais e da justiça; tenham caráter público em relação aos seus objetivos e ação (ABONG, 2005).

Contudo, a realidade nos mostra que no Brasil o termo ONG vem frequentemente sendo empregado sem que se atendam aos requisitos definidos pela ABONG, o que fica explícito quando observamos que, segundo o IBGE (2004, p.23) até 2002 existiam 276.000 associações sem fins lucrativos e Fundações Privadas, das quais apenas 266 eram filiadas à ABONG. Com isso, chamamos atenção para a imprecisão acerca do termo ONG, tendo apenas como ponto explicitamente comum seu caráter não-governamental e sem fins lucrativos.

Outro ponto que observamos nos nossos estudos anteriores nos permite afirmar que muitas vezes, como apontado por Maria da Glória Gohn (2005), essas organizações não possuem um projeto político claro, o que abre espaço para que frequentemente se apresentem como apolíticas. Por outro lado, é possível identificar uma estreita relação entre a atuação destas organizações e a disseminação de políticas e consolidação da hegemonia neoliberal no Brasil. Muitas vezes a atuação das ONGs se faz de maneira que este ideário penetre nas

classes dominadas a partir de seus próprios movimentos, através do discurso de ineficiência do Estado e pela valorização do privado (ACIOLI, 2007, p. 40).

Este tipo de organização peculiar da sociedade civil² começou a se proliferar em todo território nacional a partir de meados da década de setenta, sendo o surgimento destas, na verdade, um fenômeno de caráter mundial, a exemplo de organizações como o GREENPEACE, ATTAC, entre outras. No Brasil uma das primeiras, fundada por Betinho³, foi o IBASE, organização que até hoje tem uma atuação destacada ao lado de movimentos sociais e que ganhou notoriedade com a campanha pela “ética na política”, campanha esta que, aliada a outros fatores, culminou com a deposição do ex-presidente Fernando Collor de Mello (FICO, 1999, p.83).

Logo nos primeiros anos de seu surgimento no Brasil, mais precisamente nas décadas de 1960 e 1970, as ONGs em sua grande maioria prestavam assessoria aos movimentos populares. Seu caráter não-governamental se dava principalmente pela resistência ao regime ditatorial da época, pois tudo que era governamental era imediatamente identificado com o regime ditatorial e ser não-governamental aparecia como uma negação a esse regime. Mas com o fim da ditadura e a ascensão do modelo neoliberal no Brasil, o discurso não-governamental foi cooptado por um discurso anti-estatal. Segundo Silva (2006, p.53 et seq.)

² Iremos trabalhar com a perspectiva gramsciana de sociedade civil, segundo a qual esta é composta por organizações privadas que estão fora do escopo do Estado, mas que auxiliam na tarefa de dominação de classe. Precisamos, contudo, destacar que o conceito de sociedade civil na obra de Gramsci possui antinomias e que a separação entre Estado e sociedade civil deve ser apenas metodológica, para sua análise, e não orgânica. Desta forma, estes dois planos são indissociáveis, são como planos superpostos que em última análise conformam o que seria por Gramsci chamado de “Estado ampliado”. Consideramos ainda, que a sociedade civil é um todo conflituoso, composto por diversos grupos sociais (classes, etnias, gêneros), que buscam atender seus interesses, mas também realizam acordos entre si. (GRUPPI, 1980) e (GRAMSCI, 1991)

³ Herbert José de Sousa, conhecido como Betinho, foi um sociólogo brasileiro que teve sua trajetória muito comprometida com os movimentos sociais de esquerda. Foi um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, em 1981, participou ativamente da luta pela reforma agrária no Brasil e esteve presente nas mobilizações pelo impeachment do Presidente Fernando Collor. Mas seu reconhecimento veio principalmente ligado ao projeto que comandou, a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”.

a maioria das ONGs que nasceram pós-noventa que não tiveram relação com os movimentos sociais de resistência a ditadura, e nem relação com os pactos que geraram a criação da ABONG, surgem com posturas e práticas diferenciadas. Ao invés de lutarem por uma ampliação do Estado, acabaram por pregar um anti-estatismo reforçado por uma perspectiva que alimenta a concepção de que tudo o que é governamental é ruim. Que só a *sociedade civil* salva. Foi desta reorientação dos discursos sobre ser não-governamental que emerge o termo *terceiro setor*.

Diante disso, podemos afirmar que ao longo de sua trajetória essas organizações têm mudado bastante o seu perfil. Podemos inicialmente observar seu surgimento através de uma política da Organização das Nações Unidas – ONU, que desde a segunda metade da década de 1940 já utilizava o termo ONG em seus documentos para se referir às organizações internacionais que se destacaram a ponto de possuírem direito a uma presença formal na ONU, contudo não representavam governos. Mas é nos anos 60 que a ONU proporcionou o surgimento de várias organizações deste tipo, incentivando o aumento de programas de cooperação internacional que financiavam entidades para ajudar países subdesenvolvidos.

Por outro lado, precisamos destacar outros fatores, como a conjuntura social e política vivida a partir da década de 60, que muito contribuíram para a proliferação das ONGs. Conforme mostrado em Acioli (2007, p.36), o protagonismo hoje vivenciado pelas ONGs foi alavancado em dois momentos distintos e por duas tendências originalmente opostas. Uma destas com sua matriz no pensamento de esquerda que teve repercussão a partir da década de 60 e culminância em 68 e outra como consequência da política neoliberal do “Estado mínimo”.

Como resultado de algumas experiências não muito bem sucedidas de revoluções socialistas pelo mundo afora e incorporando discursos pacifistas da época, a partir da década de 60 algumas vozes da esquerda se levantaram em favor da idéia de se “fazer política” sem a perspectiva de tomada de poder. Críticos da atuação das organizações tradicionais da esquerda (social-democratas e comunistas), tais movimentos propunham novos caminhos para a participação política e uma renovação das formas tradicionais de organização (BIANCHI, 2002, p. 2). Construíram-se em torno de bandeiras de luta específicas como da afirmação de grupos étnicos, de gênero e de outros atores sociais que até então eram marginalizados na sociedade. Defendiam ainda a causa ecológica e a

expansão dos direitos fundamentais como saúde e educação e atuavam principalmente prestando assessoria a grupos populares organizados.

Podemos citar alguns momentos marcantes deste processo, como as mobilizações nos Estados Unidos contra a Guerra do Vietnã e as lutas pela ampliação dos direitos de negros e mulheres, as manifestações estudantis de 1968 na Europa Ocidental e ainda as lutas contra os regimes políticos autoritários na América Latina e no Leste Europeu (BIANCHI, loc. cit.). Todo este contexto fez com que houvesse um ascenso dos movimentos sociais neste período e com isso o surgimento de novos atores que viriam cumprir o papel de organizar e dar assessoria às ações destes grupos.

Em outro momento de sua trajetória as ONGs tiveram seu crescimento em todo o mundo impulsionado pelo surgimento do neoliberalismo. De matriz conservadora, aqui podemos identificar políticas no sentido de obter uma autonomia do mercado em relação ao Estado, fazendo com que este perca cada vez mais o poder de influência na economia. O neoliberalismo provocou também uma redução da participação do Estado no mercado de trabalho, promoveu políticas de privatização de empresas estatais, com a abertura da economia para multinacionais e uma diminuição do tamanho do Estado com o discurso de que desta forma se tornaria mais eficiente.

Na medida em que se reduz o Estado, isentando o seu papel em promover os direitos sociais à população, deixa-se um espaço aberto que imediatamente vai sendo preenchido por novos atores, como o caso das ONGs. Inúmeras transformações na relação sociedade-Estado decorrem deste processo, pois se por um lado se abre a possibilidade de se construir mobilizações e organizações populares de reivindicação das questões sociais, por outro, o que observamos foi um aumento do número de organizações que, diante deste quadro, se colocam como mediadoras.

A trajetória das ONGs no Brasil, desde o seu surgimento até os dias de hoje não foi muito diferente; as primeiras delas tiveram sua origem nos anos 60 sob influência da Igreja Católica e da atuação de grupos, principalmente de pesquisadores, que assumiam na época compromisso com o desenvolvimento de projetos de assistência aos movimentos populares (KAROL, 2000, p.31). Esse

quadro se amplia na década de 70, quando o regime ditatorial vigente no Brasil naquele período se torna alvo de resistências e oposição pela população.

Neste mesmo período surgem novas organizações, agora comprometidas com esse projeto de resistência e de denúncia das questões ligadas àquele regime. O termo não-governamental aqui assume um papel principalmente político, de negação e oposição ao que seria governamental e, portanto, representado pelo regime ditatorial no qual o país se encontrava (ACIOLI, 2007, p.38).

Já na década de 1980, há um aumento considerável do número de ONGs no Brasil, sendo favorecido principalmente pelo período de abertura política pelo qual o país passava nesse momento e pelo avanço dos movimentos sociais. Podemos então observar que a atuação dessas organizações continuou ainda muito marcada pela parceria e a assistência a esses movimentos.

Sua principal característica nesta fase era o apoio ao fortalecimento dos movimentos populares e o auxílio na estruturação desses movimentos, muitas vezes desenvolvendo trabalhos de educação política dos grupos organizados.

Mas é somente no início dos anos 90 que podemos verificar a proliferação das ONGs por todos os cantos do país (ABONG, 2005), com os mais distintos objetivos e práticas. Neste momento elas assumem um papel de protagonistas no cenário mundial, devido principalmente ao avanço das políticas neoliberais, através das quais elas foram colocadas em evidência. Um marco nesse período e que impulsionou a popularização das ONGs foi a realização da ECO-92 na cidade do Rio de Janeiro. O evento reuniu organizações governamentais e não-governamentais do mundo todo e teve a cobertura massiva da imprensa (SILVA, 2006, p.51).

A década de 1990 é extremamente importante para que possamos compreender a atuação das ONGs hoje, pois foi neste período que houve uma mudança radical no perfil da maioria dessas organizações. Boa parte daquelas ONGs que possuíam um caráter militante, cidadão e com um perfil ideológico e político bem definido passam a se colocar à frente dos movimentos sociais, tornando-se muitas vezes instituições autônomas e desvinculadas desses movimentos, por outro lado, elas passam a conviver com novas organizações,

denominadas terceiro setor e fundadas por empresas ou empresários (GOHN, 2005, p.89).

Esse novo quadro nos mostra que é ainda na década de 90 que as ONGs começam a estreitar seus laços com a iniciativa privada através da busca pelo financiamento de seus projetos dentro dos chamados programas de responsabilidade social, que se trata na verdade de uma espécie de cidadania corporativa. Torna-se cada vez mais clara a mudança radical que estas organizações sofreram neste período, criando novas táticas de sobrevivência, rompendo com os ideais de sua origem e reestruturando suas estratégias e suas formas de atuar.

O que vivenciamos hoje nos permite afirmar que as ONGs aprenderam a mudar sua “personalidade” de acordo com a conjuntura. Se a conjuntura política em um campo de atuação se torna desfavorável, imediatamente são capazes de uma readaptação para que busquem alternativas melhores de parcerias e financiamentos. Resultado disso é um evidente abandono de seus ideais norteadores, pela busca incessante de reproduzir-se a qualquer custo.

As ONGs atualmente aparecem como entidades capazes de muitas vezes resolver elas mesmas as demandas sociais, buscando auxílio na iniciativa privada e até mesmo no Estado. Esse caráter assistencialista das ONGs no Brasil muitas vezes faz reproduzir o discurso neoliberal de que o Estado é inoperante e ausente no atendimento das necessidades da população. Elas se apresentam como independentes do Estado e melhor capacitadas a realizar o atendimento às questões sociais da população. Resultado disso é a evidente desmobilização da população, tendo em vista que suas questões são muitas vezes atendidas e o Estado deixa de ser alvo de cobranças e reivindicações populares. Contudo, não podemos deixar de alertar para o fato de que essas organizações possuem uma práxis comprometida com os interesses do Estado (KAROL, 2000, p.40).

Seu caráter não-lucrativo também vem sendo bastante questionado, pois o volume de recursos por elas utilizado é algo bastante significativo, sendo boa parte destes recursos proveniente de fonte estatal. Por outro lado, a setorialização da sua atuação e a expressiva utilização de trabalho voluntário, indica uma grande redução de gastos que o Estado obtém incentivando o atendimento a questões sociais através das organizações privadas. É importante ainda ressaltar que os

benefícios que o Estado provia se aplicavam ao conjunto da sociedade, já a atuação das ONGs, por mais que atenda às necessidades da população, o faz de forma precária e segmentada⁴ (ACIOLI, 2007).

O que se pode observar neste processo é que ao mesmo tempo em que este setor emprega uma quantidade cada vez maior de trabalhadores, com destaque para os especializados, por outro lado, o voluntarismo e o apelo solidário ainda constituem grande parte deste campo, principalmente entre as organizações filantrópicas ligadas as igrejas ou centro espíritas. Fica claro, portanto, que essa combinação de fatores contribui bastante para a ampliação do projeto neoliberal do Estado.

O quadro até agora apresentado nos mostra o quão polêmico e complexo é o universo das ONGs. Encontramos uma diversidade muito grande de organizações, de práticas, de projetos e também de territórios por elas criados. Devemos, portanto, ressaltar que estas organizações apresentam uma enorme fluidez, se movendo de uma área a outra, direcionando suas práticas para os mais variados grupos, alterando muitas vezes profundamente suas políticas e projetos.

A dinâmica destas organizações se realiza através de sua inserção territorial. Sua mobilidade espacial, a dinâmica das relações que estabelece, suas interações com outras organizações e também com as comunidades, se territorializam e definem o território em que atuam, portanto se torna evidente que estas organizações, ao realizarem seus projetos, terminam por articular várias escalas espaciais. O fator determinante para tal está na sua adequação às variações da intermediação que representam entre as instituições que as financiam e os grupos que atendem.

Atualmente, como já dissemos, as fontes financiadoras de projetos das ONGs tem dado maior importância àqueles voltados para a sustentabilidade e o desenvolvimento das coletividades. Esse tipo de ação tem tido muito destaque na mídia, principalmente nos últimos anos, quando as críticas aos modelos de

⁴ Não pretendemos de forma alguma sugerir uma noção revisionista do Estado neoliberal como a solução para os problemas e carências sociais. Contudo, procuramos sim reafirmar que a partir do neoliberalismo surge o discurso de redução do Estado, no qual este deixa de atender cada vez mais as demandas sociais, que já não eram efetivadas de forma satisfatória. Na nossa visão, o Estado capitalista é uma instituição produzida pela sociedade, mas que coloca acima dela e possui a função de assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe.

desenvolvimento se mostram cada vez mais incisivas sob a alegação principalmente destes modelos terem se mostrado ineficazes. Os investimentos do governo e de agências internacionais em projetos voltados para o meio ambiente e desenvolvimento tem sido maiores, o que provoca uma procura maior por parte das ONGs em desenvolver estudos e planejamentos voltados para essa área de interesse.

Essa busca por desenvolver-se não é uma realidade recente e sempre esteve relacionada ao desejo de uma melhor qualidade de vida para os indivíduos e coletividades. Contudo, a que desenvolvimento nos referimos ao tratar desse assunto? Qual seria o desenvolvimento desejado?

O que comumente chamamos de desenvolvimento vem de uma construção ocidental, que atualmente tem sido muito criticada por seu caráter estritamente econômico, que despreza a diversidade cultural e que tem se mostrado na maior parte das vezes ineficaz na busca da melhoria da qualidade de vida da população. O modelo de desenvolvimento moderno possui um forte apelo ideológico, de tal forma que o mundo entrou numa busca desenfreada por modernizar-se e desenvolver-se.

Por outro lado, devemos atentar para as contradições existentes nesse pensamento, pois indo a fundo ao problema observamos que desde cedo o desenvolvimento foi criado para diferenciar, separando as sociedades mais “avançadas”, as sociedades ocidentais, a partir de então chamadas de desenvolvidas, das demais sociedades. Cria-se uma clara hierarquia entre sociedades ditas “modernas” e as sociedades onde ainda era necessário percorrer diversas etapas para crescer e se modernizar. Todo esse cenário possibilitou o surgimento de uma verdadeira ideologia do desenvolvimento (VERHELST, 1992, p.25). Não podemos, contudo, deixar de destacar que mesmo nos centros desenvolvidos encontramos espaços de subdesenvolvimento e o contrário também é verdadeiro.

Com a expansão do Ocidente em todos os cantos do mundo, podemos verificar também a sua inserção não só material, mas também no imaginário social através da crença nas vantagens do modelo ocidental. O mundo se modificava a passos largos e as organizações públicas e privadas aproveitaram esse clima positivo para produzir diversos programas de desenvolvimento, aplicáveis às mais

diversas coletividades por todo o mundo. O principal problema deste tipo de atuação está na distância existente entre a escala de produção desses programas e a escala de aplicação dos mesmos, pois essa distância não favorece a apreensão da realidade local. Com isso, a aplicação dos programas de desenvolvimento às comunidades não se mostra tão efetiva e as ONGs assumem o papel de tentar mediar esse encontro.

Por outro lado, temos que procurar entender o que se esconde por trás desses projetos de desenvolvimento trazidos pelas ONGs. Retomamos então uma de nossas questões; será que esses projetos de desenvolvimento, da maneira como costumam ser implementados são capazes de atender as reais necessidades dessas coletividades?

Mesmo com a atuação das ONGs mais próximas ao local, os resultados obtidos através de sua intervenção tem se mostrado ineficazes em atender as necessidades das coletividades envolvidas, muito menos na busca pelo seu desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida. Parte disso se deve à forma como são construídos seus projetos de desenvolvimento, que geralmente partem de fora dos limites da coletividade e são implantados em diversos locais, desconsiderando seus mais variados modos de vida. Outro fator importante está na constituição das redes sociais que estas ONGs integram, através das quais terminam reproduzindo no local a heteronomia contida nas mais diversas escalas que elas perpassam. A população raramente é consultada sobre suas reais necessidades e anseios, mesmo quando existe o discurso da participação. O que vemos então é uma situação desoladora, onde há uma crescente carência por parte das populações e o surgimento de uma consciência de tutelados, ou seja, de um sentimento de imobilismo, no qual as coletividades perdem a dimensão de sua força para lutar por si mesmas, deixando às ONGs este papel.

Através dessa ideia de participação, a população é convidada a opinar sobre os caminhos a serem tomados em determinados projetos. Mas será que a participação da população no processo de aplicação dos projetos é capaz de dissolver as diferenças de concepções de desenvolvimento entre as ONGs e a coletividade atendida? E como fazer então para que essas coletividades consigam ter mais autonomia neste processo? Novamente nos colocamos diante dessas questões tão relevantes para este estudo.

Através dos projetos de desenvolvimento as ONGs buscam inserir as coletividades atendidas no mercado, para que possam assim, se desenvolver. Contudo, devemos ressaltar que a dimensão econômica não pode ser a única privilegiada quando da adoção de políticas de desenvolvimento.

Este tem sido então o foco central das críticas direcionadas à atuação das ONGs, sua negligência para com a cultura local, com os modos de vida, as aspirações e a realidade existente. A reação das ONGs a essas críticas pode ser vista nos últimos anos através da incorporação do discurso de “resgate das culturas locais”, que nada mais é do que uma reinvenção de cultura local, agora adaptada ao mercado.

A nossa preocupação com as diversas dimensões do real neste estudo não nos deixa ficar omissos diante do enfoque que tem sido dado à idéia de cultura recentemente. O que podemos ver é um reducionismo brutal da cultura a um mero adereço folclórico. A cultura não pode de forma alguma ser entendida apenas como algo exótico e reproduzível. A cultura para nós admite uma dimensão muito mais profunda, ela incorpora o modo de vida de cada coletividade.

Sendo assim, se torna imprescindível para nós entender a diversidade cultural existente, buscando romper com paradigmas estabelecidos, com certezas até então inquestionáveis, para que assim, cada coletividade possa ter o controle de seu próprio destino, para que cada coletividade possa ser o sujeito de seu próprio desenvolvimento.

Esse movimento nos servirá como um norte no nosso estudo, mas sabemos ser uma tarefa de difícil resolução, visto que teremos que romper com algumas verdades absolutas e atravessar obstáculos até então intransponíveis. Será certamente um desafio para nós e para cada geógrafo que por essa trilha se aventurar.

Algumas referências teóricas nos possibilitaram vislumbrar caminhos possíveis para seguirmos, como a elaboração que Edgar Morin (1999) faz com seu paradigma da complexidade. É com Morin que partimos para um (re)aprender a caminhar, pensando dialeticamente e rompendo com o reducionismo característico do pensamento moderno, buscando cada vez mais as interações complexas do real, que se apresenta de forma multidimensional.

Já em Cornelius Castoriadis (1987; 1992b) encontramos o princípio da autonomia individual e coletiva de uma sociedade. É através deste pensamento que buscamos oferecer a cada coletividade a possibilidade de decidir sobre os caminhos a seguir, definindo suas próprias necessidades, os meios sobre os quais atingirão seus desejos e os fins a que se destinam. O princípio da autonomia nos é muito caro neste estudo, pois é através dele que podemos confrontar a atuação das ONGs por seu caráter assistencialista, que retira das coletividades o papel de sujeito no processo de desenvolvimento e transformação para melhor de suas próprias vidas.

Fica claro, portanto, que buscamos neste estudo a construção da noção de desenvolvimento de forma aberta, ampla e não de um novo modelo de desenvolvimento. Nosso objetivo final é contribuir para que através da autonomia individual e coletiva, a sociedade consiga alcançar o desenvolvimento como um meio à melhoria da qualidade de vida dos povos e com isso romper com a idéia de desenvolvimento somente como redução da pobreza.